

## UMA DEMOCRACIA PARALISADA: O CASO LIBANÊS

### A PARALYZED DEMOCRACY: THE LEBANESE CASE

*Por Rafael de Mattos Teixeira*

**Resumo:** Em 2019, protestos implodiram em várias partes do mundo. No Líbano, um aumento de tarifas desencadeou manifestações generalizadas que uniu, pela primeira vez na história, as suas comunidades religiosas contra as injustiças do país. Apesar dos governantes buscarem responder a população, evidenciou-se que os seus problemas têm muito a ver com o próprio sistema político adotado desde a Independência do Líbano. O confessionalismo criou obstáculos estruturais em sua democracia que a paralisa, a corrompe e a torna apática à sua população. O presente artigo, portanto, busca analisar a democracia confessional libanesa e apresentar os seus problemas, como a ausência de oposição, a fragilidade dos partidos políticos, as manipulações eleitorais, as restrições aos direitos políticos e os altos índices de abstenção.

**Palavras-chave:** Confessionalismo. Democracia confessional. Democracia libanesa.

**Abstract:** In 2019, protests imploded in various parts of the world. In Lebanon, an increase in tariffs triggered widespread demonstrations that united, for the first time in history, its religious communities against the country's injustices. Despite the government's efforts to serve the population, it became evident that their problems are associated with the political system adopted since the independence of Lebanon. Confessionalism created structural obstacles in its democracy that paralyze, corrupt, and make its population apathetic. The present article, therefore, seeks to analyze Lebanese confessional democracy, and present its problems, such as the absence of opposition, the fragility of political parties, electoral manipulations, restrictions on political rights, and high rates of abstention.

**Keywords:** Confessionalism. Confessional democracy. Lebanese democracy.

### Introdução

Apesar de haver particularidades, com seus próprios objetivos, métodos e motivações, em 2019 o mundo se surpreendeu com o início de grandes manifestações em várias partes do globo. Entre outros, na América do Sul destacaram-se os protestos generalizados do Chile,

que foram violentamente reprimidos pelo governo do país com graves violações de direitos humanos, levando o presidente, Sebastián Piñera, aos menores índices de popularidade desde a redemocratização chilena e, entre outros, viabilizaram o início de um novo processo constituinte.

No Oriente Médio, a revolta dos iraquianos gerou consequências inimagináveis para o fragilizado país; em Hong Kong, a rejeição a uma lei de extradição causou uma série de problemas para o estável governo chinês; na Espanha, os constantes protestos na Catalunha ganharam mais força com a condenação de líderes separatistas; na Argélia, a insatisfação generalizada levou a uma crise que colocou fim a uma duradoura presidência; em Porto Rico, o vazamento de mensagens racistas e homofóbicas de autoridades do país levou a população às ruas.

Foi em meio a esse contexto que o Líbano também se tornou palco de grandes manifestações. No país dos cedros, os libaneses foram às ruas contra uma tentativa do governo de criar novos impostos, entre eles, uma taxa para ligações de voz via *WhatsApp*. Mesmo com o recuo da proposta, os protestos continuaram: a corrupção constante, o desemprego e a pobreza cada vez maiores, a falta de infraestrutura e serviços básicos, o aumento de preços e grandes desastres ambientais também eram alvos de indignação.

As manifestações uniram todas as comunidades religiosas libanesas, deixando de lado, de forma inédita, as diferenças sectárias para cobrar por melhorias. Apesar do governo iniciar o andamento de reformas e cortar salários de políticos, os protestos não tiveram fim, o que levou à renúncia do então primeiro-ministro Saad Hariri. Entretanto, os problemas políticos do país não são tão facilmente resolvíveis. A forma na qual a democracia confessional libanesa se apresenta revela graves problemas estruturais, mostrando-se paralisada, corrompida e apática à sua população. No presente artigo, portanto, buscar-se-á entender a democracia do Líbano e os problemas que a levam a passar por frequentes crises.

## Sobre o Líbano

Situada na região historicamente conhecida como Levante e a leste do Mar Mediterrâneo, a República do Líbano é um pequeno país do Oriente Médio que faz fronteiras ao norte e a leste com a Síria e ao sul com Israel. Com uma população de cerca de 6 milhões de habitantes, a sua formação como país pode ser entendida como uma das muitas consequências do desmantelamento do Império Otomano no pós-Primeira Guerra Mundial e, portanto, com o fim do longo domínio otomano sob o seu território.

O enfraquecimento do Império permitiu, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, que a França e a Inglaterra desenhasssem e dividissem artificialmente para si o mapa da região mediante o secreto Acordo de Sykes-Picot. Assim, em uma colonização imperialista, as antigas províncias otomanas na região do Oriente Médio tornaram-se zonas de controle e influência das potências europeias. Nesse contexto, entre outros, ficaram sob domínio francês os atuais territórios do Líbano e da Síria e sob domínio inglês, os da Jordânia, Palestina e Iraque.

Esse acordo não respeitou as realidades étnicas, culturais e religiosas dos povos pre-

sententes na região, colocando uma diversidade de populações sob o mesmo domínio político. Dessa forma, assim como ocorreu com outros países pós-coloniais, a independência desses Estados apresentou complexos problemas que, na maioria dos casos, perduram até os dias atuais. Um exemplo dessas consequências negativas nesses países é uma inexistente identidade nacional coesa, o que acaba por gerar fragilidade e instabilidade.

É importante salientar que, ainda durante o domínio otomano, muito antes do Acordo e do processo de independência desses países ocorrerem, as diferenças entre as diversas comunidades religiosas eram agravadas por potências europeias. Durante o século XIX, minorias cristãs foram muito beneficiadas, principalmente, pela França e pela Rússia, que se declaravam suas protetoras. Além disso, era frequente a instalação de instituições de saúde e educação e a concessão de cidadania europeia para essas minorias, ações que geravam desconforto e conflitos com muçulmanos (SOCHACZEWSKI, 2017, p. 239-240).

Com o Sykes-Picot e a tutela francesa, a elite comercial cristã libanesa, em especial a maronita, passou a advogar por um Estado que garantisse a segurança das minorias cristãs do Oriente Médio, conciliando a cultura ocidental com sua própria identidade. Uma das dificuldades nesse processo estava justamente em elaborar uma identidade nacional para convencer as populações das comunidades não cristãs a apoiar a criação do novo Estado. Uma das tentativas, que acabou por não ter muito apoio entre os muçulmanos da região, foi a da existência de uma herança fenícia (CHEREM, 2003, p. 36-37).

Os árabes sunitas da região se dividiam em três correntes de pensamento, uma que apoiava a permanência do Líbano como uma simples extensão costeira da Grande Síria, outra que defendia um pan-arabismo moderado e uma terceira, minoritária, que apoiava a criação do Estado libanês. Com o pouco interesse dos políticos sírios pela questão, seguiu-se uma visão pan-arabista que acreditava que o primeiro passo para, futuramente, uma natural união árabe era a independência de cada país de forma separada (CHEREM, 2003, p. 62).

Com o apoio de potências europeias, interessadas geopolítica e economicamente em um Estado cristão para acessar o Oriente Médio com maior abertura, os maronitas se viram vencedores, conquistando a independência do Líbano em 1943. Para que a independência ocorresse foi criado um Pacto Nacional, um acordo não escrito entre as duas comunidades mais influentes da região, os maronitas e os sunitas. Dessa forma, ficou estabelecido que os cristãos renunciariam ao alinhamento com a Europa e os muçulmanos renunciariam ao desejo de manter o território unido à Síria (CHEREM, 2003, p. 65).

O Pacto Nacional introduziu um modelo estatal no Líbano que buscava repartir os empregos públicos e os cargos políticos entre as diversas confissões religiosas do país. Além disso, seguiu-se um modelo de um Estado pouco presente econômica e burocraticamente, o que permitiu que o controle de certas atividades, como educação e serviços sociais, estivessem atrelados a essas comunidades. Assim, o Pacto buscou respeitar as particularidades dos agrupamentos religiosos do país e impedir um conflito sectário (KARAM, 2010, p. 34).

O confessionalismo do país, contudo, não foi uma novidade para a sua população. Desde os primórdios do Império Otomano a autonomia das comunidades religiosas, particularmente as de judeus e cristãos, era permitida caso houvesse um pagamento de impostos. Esse sistema, denominado *millet*, garantia a independência dessas populações em relação a

uma série de questões como justiça, educação e limpeza e iluminação de ruas, além de afastar a interferência otomana nessas comunidades (SOCHACZEWSKI, 2017, p. 226-227).

Nesse sentido, com o confessionalismo historicamente marcante na região, pode-se ver que muito dessa estrutura foi herdada com a independência do Líbano e o Pacto Nacional, mantendo a religião como um aspecto central dessa sociedade. Independentemente da prática religiosa e do comprometimento do cidadão libanês para com ela, a identidade sectária molda a sua visão de mundo e a sua forma de ser visto perante os seus compatriotas. Além disso, o sectarismo permitiu que a própria legitimidade do Estado libanês fosse conquistada, no momento em que o poder político concedeu autoridade e autonomia às comunidades religiosas (CHEREM, 2003, p. 65).

Antes de entender como se dá a institucionalização do confessionalismo no âmbito da democracia libanesa, é importante saber que o Pacto Nacional passou por algumas mudanças no pós-Guerra Civil, que contestou as diferenças entre as populações cristãs e muçulmanas. Essas mudanças foram incorporadas na Constituição do Líbano por meio da Carta Nacional de Reconciliação, também conhecida como Acordo de Taif. Tanto na independência, quanto no pós-guerra, o modelo confessional era visto como temporário, pois já existia uma forte preocupação das consequências de sua adoção para o país.

Atualmente, o Líbano reconhece que há 18 comunidades religiosas em seu território. Elas são divididas entre os muçulmanos, os cristãos e a pequena comunidade judaica presente no país. Dentre as confissões religiosas oficiais, quatro são muçulmanas, cerca de 66% da população. São eles os sunitas, os xiitas, os drusos e os alauítas. Apesar dos drusos não se considerarem muçulmanos, estão incluídos neste grupo na Constituição Libanesa. Os xiitas e os sunitas correspondem, cada um, a cerca de 30% da população e os drusos a cerca de 5% (NORTON, 2009, p.11).

Já os cristãos são cerca de 34% da população libanesa, sendo divididos em 13 categorias. São eles os católicos maronitas, os ortodoxos gregos, os melquitas, os armênios ortodoxos, os protestantes, os católicos romanos, os católicos armênios, os ortodoxos siríacos, os católicos siríacos, os assírios, os caldeus, os coptas e as seitas cristãs minoritárias, que formam um único grupo. Os coptas não foram originalmente reconhecidos, fato ocorrido apenas após a guerra civil. As maiores comunidades são a dos maronitas, cerca de 21%, a dos ortodoxos gregos, 8%, e a dos melquitas, 5% (NORTON, 2009, p.11).

Dito isso, a democracia libanesa busca abranger todas essas comunidades religiosas reconhecidas. Para tanto, fundou-se um sistema político em que cada um dos distritos eleitorais possui sua própria divisão sectária, onde se elege políticos de acordo com a proporção da comunidade religiosa local. Em nível nacional, metade das 128 cadeiras do Parlamento são destinadas às 13 comunidades cristãs e a outra metade das cadeiras são destinadas às 4 comunidades islâmicas, respeitando-se, nesses grupos, a proporcionalidade das confissões religiosas.

Além disso, os principais cargos políticos do governo também são distribuídos de forma confessional. O Pacto Nacional estabeleceu que o Presidente da República e o Comandante das Forças Armadas Libanesas seriam católicos maronitas, o cargo de primeiro-ministro caberia a um muçulmano sunita, a presidência do parlamento estaria reservada a um

muçulmano xiita, caberiam ao vice-presidente da Câmara dos Deputados e ao vice-primeiro-ministro serem cristãos greco-ortodoxos e, por fim, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas seria um druso.

Apesar dos esforços feitos pelas elites maronitas e sunitas no Pacto Nacional, melhorados pelo Acordo de Taif, para proporcionar um sistema que respeitasse as comunidades religiosas e garantisse a sua representação política, gerando estabilidade e impedindo conflitos sectários, essa acabou não sendo a realidade vivida no Líbano. O pequeno país do Oriente Médio passou por golpes, ocupações, guerras e outras várias quebras de institucionalidade, destacando-se também pela fragilidade e inoperância do Estado e pela corrupção e falta de renovação de sua elite política.

## Problemáticas do confessionalismo

O conceito de “democracia paralisada”, utilizado para se referir à democracia libanesa, foi inspirado em Epstein (2001, p.17), ao descrever a democracia chilena como um “sistema político em que a probabilidade de mudança significativa resultante de eleições e negociações foi reduzida a um mínimo. Tendo em vista os dispositivos políticos restritivos impostos pelo regime militar de Pinochet”. No caso do Líbano, mantêm-se tais características, tendo em vista que o próprio sistema confessional libanês tem como consequência a restrição de maiores mudanças na política, o que, por sua vez, acaba prejudicando a própria democracia.

Uma das causas, dentro do sistema confessional libanês, para que essas mudanças não ocorram, é a ausência de uma oposição. Como os cargos de presidente e de primeiro-ministro são assegurados, respectivamente, aos católicos maronitas e aos muçulmanos sunitas, cria-se uma barreira na democracia libanesa que impede que outros grupos os conquistem e cheguem ao poder (COSTA, 2006, p. 242). Esse arranjo sofre críticas principalmente entre os xiitas, que se veem com pouco poder mesmo sendo grande parte da população, e entre outras comunidades cristãs, que gostariam que a Presidência não fosse reservada a um cristão necessariamente maronita.

Um exemplo que demonstra a ausência de uma oposição pode ser visto nas eleições gerais de 2018. Como a vaga de primeiro-ministro era reservada a um sunita, o Hezbollah, partido xiita, não pode indicar alguém para o comando do governo, apesar de ter sido o mais votado nessas eleições. Com essa situação, Saad Hariri conseguiu ser reconduzido ao cargo de primeiro-ministro, mesmo com o seu bloco sunita sendo o maior perdedor do pleito, com um terço da representação que possuía na legislatura anterior a menos.

Essa falta de oposição está ligada a própria concepção dos partidos políticos no Líbano. Apesar de o país apresentar um sistema multipartidário, os partidos são frágeis, pois não representam nada mais que os próprios interesses de suas comunidades religiosas. Nelas, as famílias de maior poder regional se destacam e elegem seus membros, que prestam lealdade aos seus patriarcas, denominados *zuama*, tornando-os uma espécie de senhor feudal que captura recursos estatais para aumentar sua riqueza e sua autoridade na região (COSTA, 2006, p. 217-218).

Assim, com ideologia esvaziada e poder minimizado pelos *zuama*, o sistema partidário-

rio torna-se coadjuvante em benefício do clientelismo. Os partidos não se sustentam como instituições independentes, mas sim como plataformas dependentes da tradição individual de líderes comunitários. Ademais, com essa configuração, partidos de esquerda e seculares acabam sendo marginalizados. Como consequência, a falta de uma oposição é incentivada com o enfraquecimento do poder Legislativo e de suas funções de fiscalização (DJAJAH, 2006, p. 70).

Outro fator que contribui para a paralisação da democracia libanesa é a mudança de regras eleitorais para benefício dos líderes comunitários que estão no poder. Um exemplo é o método conhecido como *gerrymandering*, muito frequente nos Estados Unidos, ele também ocorre de forma corriqueira no Líbano. Como estabelecido, o número de parlamentares de uma comunidade religiosa é proporcional aos seus membros no distrito eleitoral, dessa forma, o *gerrymandering* consiste em manipular as fronteiras distritais de forma a privilegiar um candidato ou uma comunidade religiosa (COSTA, 2006, p. 242).

Outro tipo de manipulação frequente é a prorrogação de mandatos. Com a falta de uma maior rigidez, sem a necessidade, por exemplo, de um plebiscito para aprovar emendas, a Constituição do Líbano é facilmente passível de mudanças para responder a interesses de grupos políticos dominantes. Assim, apesar de realmente terem ocorrido alterações necessárias na Carta Magna, também ocorreram emendas que visavam aumentar os próprios mandatos políticos (COSTA, 2006, p. 242).

Destaca-se, nesse caso, a Legislatura eleita em 2009. Conforme prevê a Constituição do Líbano, o mandato desses parlamentares deveria durar quatro anos e, portanto, terminar em 2013. No entanto, sob a justificativa da segurança do país estar em risco por conta da Guerra Civil Síria, o Congresso decidiu prorrogar seu mandato e adiar novas eleições legislativas pela primeira vez desde 1990. Após a primeira prorrogação, outras questionáveis e sucessivas ocorreram, mesmo sob protestos e insatisfação popular, de forma que só houve eleições gerais em 2018.

Mais uma causa da paralisia da democracia libanesa é a altíssima taxa de compra de votos. No modelo de instrumentalização de votação libanês, ou os eleitores escrevem o nome de seus candidatos em um papel em branco no local de votação ou eles levam ao local um papel chamado “cédula preparada” que contém os nomes dos candidatos escolhidos. Com as cédulas preparadas, além de se viabilizar a compra de votos, os líderes da comunidade religiosa são favorecidos, tendo em vista que eles mesmos as distribuem com os nomes de seus candidatos (DJAJAH, 2006, p. 60).

Além disso, o Líbano apresenta algumas restrições com parte de sua população, o que, por sua vez, acaba por incidir na paralisação da democracia na medida em que se cria dificuldades para que os políticos tradicionais sejam substituídos. As libanesas, por exemplo, foram uma das primeiras mulheres do Oriente Médio a terem conquistado o direito ao voto, exercendo-o desde 1952. Entretanto, elas ainda desempenham um papel secundário no aspecto partidário e eleitoral.

Apesar das libanesas poderem exercer vida partidária, dentro dos partidos são negligenciadas e tem pouca interferência em suas questões mais importantes. As poucas que participam estão mais alocadas em comitês de serviços sociais do que em comitês decisórios.

Assim, a situação delas dentro dos partidos é um reflexo dos empecilhos da própria política partidária libanesa que, como falado, é uma instituição enfraquecida ideologicamente que está ligada a influência e a lealdade dos tradicionais patriarcas (DJAJAH, 2006, p. 114-115).

No aspecto eleitoral, as eleições legislativas de 2018 destacaram-se por ter o maior índice de candidatas ao pleito da história do país com 86 mulheres, provenientes de quase todos os partidos, disputando as 128 cadeiras do Parlamento. Formando a maioria dos eleitores, as mulheres, no entanto, apenas se viram representadas por seis libanesas, duas a mais que na legislatura anterior. Atualmente contando com menos de 5% de mulheres no Parlamento, o Líbano constantemente ocupa uma das últimas colocações nos rankings globais de representatividade feminina no legislativo.

O governo que se formou em reação aos protestos de 2019, comandado pelo primeiro-ministro Hassan Diab, bateu o recorde de mulheres em seu gabinete, contando com seis libanesas de um total de vinte ministros. Destaca-se ainda que o governo nomeou uma mulher para o cargo de vice-primeira-ministra, que também acumulou o ministério da defesa, tornando-se a primeira em um país árabe. Apesar da situação ser melhor na equipe ministerial, deve-se notar que a proporção de mulheres no gabinete ainda é inferior à da população libanesa e que mulheres nunca se viram representadas na maioria dos mais altos cargos.

Outro grupo com fortes restrições para exercer seus direitos políticos é o das pessoas com deficiência. Apesar de existirem leis que garantem a proteção dessa população, esse grupo é constantemente marginalizado e invisibilizado na própria sociedade libanesa. Destacam-se, no tocante aos seus direitos políticos, a falta de acessibilidade nas seções eleitorais e a falta de consciência sobre os direitos de voto para pessoas com deficiência em consequência de seu isolamento (DJAJAH, 2006, p. 117).

Um fator marcante da democracia libanesa são os altos índices de abstenção, que são extremamente prejudiciais por deslegitimam o processo eleitoral. Além disso, quando alguns indivíduos se negam a participar do pleito, acabam permitindo que as decisões sejam tomadas por aqueles que já se encontram inseridos no sistema político, transformando a prática política em seu próprio fim (ALMEIDA JUNIOR; LEMOS; MELLO. 2015, p. 2357). Assim, o alheamento eleitoral também é um fator que contribui para a paralisação da democracia visto que estimula a manutenção da classe política tradicional.

A tabela 1 divide a participação eleitoral no período entre 2005 e 2018 em porcentagens de abstenção, votos em branco e votos nulos, além de fornecer uma média dos percentuais das três eleições realizadas. Apesar de ser um pequeno espaço amostral o período aqui analisado foi escolhido, pois seu ponto de partida marca a primeira eleição após o fim da ocupação Síria no Líbano, restaurando a soberania do país e diminuindo influências estrangeiras sobre o processo eleitoral libanês.

**Tabela 1 - Participação eleitoral no Líbano, 2005-2018**

|                    | 2005  | 2009  | 2018 | Média |
|--------------------|-------|-------|------|-------|
| % <b>Abstenção</b> | 55,57 | 48,75 | 50,2 | 51,5  |
| % <b>Branco</b>    | -     | 0,75  | 0,86 | 0,80  |
| % <b>Nulo</b>      | 1,02  | 0,68  | 1,55 | 1,08  |

Nota: As cédulas em branco só passaram a ser contabilizadas a partir da eleição de 2009.

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados de 2018 do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento. Dados de 2009 do *Lebanon Election Datas*. Dados de 2005 da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia.

A despeito de oscilarem, as taxas de abstenção são extremamente altas, implicando que em torno da metade da população libanesa, cerca de 51,5%, está alheia ao seu processo eleitoral. Além disso, é importante notar que a eleição de 2018, como falado anteriormente, foi repetidas vezes adiada sob protestos dos libaneses. Apesar disso, contrariando expectativas, a consulta apresentou uma elevação no índice de abstenção, votos brancos e nulos, podendo revelar o aumento do descrédito da população com o sistema eleitoral após a prorrogação dos mandatos parlamentares.

Como visto vários são os motivos para que a democracia confessional libanesa seja vista como um sistema que precisa ser repensado. A ausência de oposição, o esvaziamento partidário, o poder dos líderes comunitários regionais, a manipulação de distritos, a prorrogação de mandatos, a compra de votos, a restrição ao direito das mulheres e das pessoas com deficiência e a alta abstenção paralisam a democracia e fazem com que a política libanesa seja dominada por grupos políticos tradicionais que permanecem de forma dinástica no poder.

## Conclusão

A democracia perfeita não existe. Winston Churchill, em sua famosa frase, a definiu como sendo o pior dos regimes, excetuando-se todos os outros. Evidencia-se assim um fato importante: É necessário entender que há defeitos na democracia e eles sempre existirão. Em alguns modelos eles serão maiores, em outros, menores. Em alguns modelos eles incomodarão a todos, em outros, uma parcela. A necessidade de aperfeiçoamento, contudo, sempre será bem-vinda e sempre será constante.

A democracia libanesa, no entanto, paralisou. Congelou-se em um tempo em que engessar o sistema político era visto como a única forma de garantir a proteção das comunidades religiosas e de impedir conflitos sectários. Os prejuízos que essa ação poderia lhe causar eram admitidos, até então estava claro que o sistema era temporário. Entretanto, a comodidade das elites políticas o perpetuou. Assim, conflitos sectários não foram impedidos e guerras ocorreram. Em Taif, ela chegou a ser repensada, mas sua estrutura foi continuada. O aperfeiçoamento natural, portanto, não aconteceu.

Não foram tratadas aqui as suas consequências sociais, mas as consequências do confessionalismo para a democracia não podem ser desprezadas. Com protestos generalizados que abarcam todas as comunidades religiosas fica claro: Dinastias políticas não tem mais vez



no país dos cedros. Restrições ao exercício da democracia precisam ser abolidas. Manipulações não serão mais toleradas. Não à toa, os manifestantes entoam em um estrondoso uníssono: morte ao confessionalismo. O Líbano vibra democracia e um sistema que corresponda melhor às suas particularidades se faz necessário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, Benedito S. de.; LEMOS, Tayara T.; MELLO, Larissa F. R. de. O povo contra a democracia: o problema da abstenção dos indivíduos em relação ao exercício de seus direitos políticos. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.4, 3o quadrimestre de 2015. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em: 12 mar. 2020

CHEREM, Youssef. **Identidade e política externa libanesa**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

COSTA, Renato José da. **O islamismo e suas implicações no processo democrático libanês**. Orientador: Peter Robert Demant, 2006. 336 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DJAHJAH, Fernanda Resende. **Estudo comparativo sobre instrumentos de participação política nos direitos brasileiro e libanês**. Orientador: Fábio Carvalho Leite, 2013. 146 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

EPSTEIN, Edward C. Apatia e Alheamento Político numa Sociedade Paralisada: os limites da nova democracia chilena. **Opinião Pública**, Campinas, v. III, nº1, p. 16-32, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641072/8584>. Acesso em: 6 jan. 2020

KARAM, Christian da Camino. **Da revolução política ao reformismo socioeconômico: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes do Líbano do pós-guerra civil (1992-2006)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LEBANON ELECTION DATA. Disponível em: <http://lebanonelectiondata.org/>. Acesso em: 11 mar. 2020

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA. **Final Report on the**

**Parliamentary Elections.** 2005. Disponível em: [http://www.eods.eu/library/FR%20LEBANON%202005\\_en.pdf](http://www.eods.eu/library/FR%20LEBANON%202005_en.pdf). Acesso em: 11 mar. 2020

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah: A Short History.** Princeton University Press. Princeton and Oxford, 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **2018 Lebanese parliamentary elections: results and figures.** 2018. Disponível em: [https://www.lb.undp.org/content/lebanon/en/home/library/democratic\\_governance/2018LebaneseParliamentaryElectionsResultsandFigures.html](https://www.lb.undp.org/content/lebanon/en/home/library/democratic_governance/2018LebaneseParliamentaryElectionsResultsandFigures.html). Acesso em: 11 mar. 2020

SOCHACZEWSKI, Monique. **Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919).** Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.